

11-01-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de sanção do marco legal da ciência, tecnologia e inovação e lançamento da chamada universal - Brasília/DF

Palácio do Planalto - DF, 11 de janeiro de 2016

Bom dia a todos.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu governo,

Cumprimentar aqui os ministros de estado: Celso Pansera, da Ciência e Tecnologia e inovação; ministro Aldo Rebelo, da Defesa, ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; cumprimentar o ministro Aloizio Mercadante; da Educação; ministro Marcelo Castro, da Saúde; ministro Armando Monteiro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; cumprimentar o ministro Edinho Silva, da Comunicação projeto Social; cumprimentar o ministro Carlos Klink, interino do Meio Ambiente e Luiz Azevedo, interino da Secretaria-Geral de Governo.

Dirigir um cumprimento especial ao senador Jorge Viana, relator do projeto no Senado,

E também um cumprimento ao senador Wellington Fagundes,

Cumprimentar o deputado federal Sibá Machado, relator do projeto na Câmara dos Deputados,

Cumprimentar o deputado federal Afonso Florence, o deputado federal Izalci, deputado federal Jorge Solla, a deputada Luciana Santos, a deputada Margarida Salomão,

Cumprimentar o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, senhor Hernan Chaimovich,

Cumprimentar o presidente da Academia Brasileira de Ciência, Jacob Palis,

Cumprimentar a presidente da Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader,

Cumprimentar os senhores reitores, professores, pesquisadores de instituições de ensino e de pesquisa,

Cumprimentar os senhores empresários,

Cumprimentar as senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Duas certezas unem todos os presentes nesta cerimônia. A primeira é que o Brasil possui uma extraordinária capacidade, um imenso potencial de produzir conhecimento e que, infelizmente, ainda não tem se traduzido em idêntica capacidade de transformar esses conhecimentos em inovação produtiva integralmente. A segunda é que em um ambiente regulatório e institucional mais favorável à cooperação entre universidades, laboratórios de pesquisa, governos, empresas, enfim, universidades, empresas e estados, nesse ambiente mais favorável transformaremos, certamente, mais ciência básica em inovação e transformaremos inovação em competitividade gerando um novo ciclo de desenvolvimento econômico no nosso País.

Por isso, hoje, sem dúvida, concordo com todos os que me antecederam, hoje é um dia marcante para o futuro do Brasil, porque hoje sancionamos o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Estamos com esse novo Marco Legal, promovendo uma reforma na legislação que regula a integração entre agentes públicos e agentes privados que integram nosso sistema de ciência, tecnologia e inovação. Estamos dando transparência, simplicidade e segurança jurídica a uma cooperação. Uma cooperação que é fundamental para o crescimento econômico, a geração de renda e emprego, e que promova ao mesmo tempo o desenvolvimento de forma sustentável ampliando oportunidades para nossa população.

O novo Marco Regulatório da Ciência, Tecnologia e Inovação permitirá implementar as previsões da Emenda Constitucional 85, promulgada a menos de um ano. Esse novo marco resulta da intensa cooperação entre a comunidade científica, o governo e o setor empresarial, em especial a Mobilização Empresarial pela Inovação. Lembremos que a Emenda havia ampliado os compromissos do Estado brasileiro com a ciência, tecnologia e inovação, e agora a sua efetivação será viabilizada por este novo marco.

Ao aprovar por unanimidade essa legislação, o Congresso Nacional mostrou, mais uma vez, seu compromisso com as reformas necessárias à retomada do crescimento econômico na situação em que nós vivemos. É uma medida de curto, médio e longo prazo. Terá, necessariamente, efeitos extraordinários sobre a produtividade e a competitividade em nosso País.

Em nome do deputado Sibá Machado, relator da matéria na Câmara dos Deputados e do Senador Jorge Viana, na Comissão do Senado, agradeço a todos os congressistas por mais este esforço suprapartidário de criar as bases para que a inovação se torne o motor de nosso desenvolvimento.

Nós vimos, nos últimos anos, aprimorando as legislações e os instrumentos para estimular a cooperação entre governo, universidades, institutos de pesquisa, empresas para gerar inovação. Aprovadas em 2004 e em 2005, a Lei da Inovação e a chamada Lei do Bem, instituíram regras importantes para diminuir a distância entre a produção de ciência e a sua incorporação no processo produtivo.

A expansão e a interiorização da rede federal de ensino técnico e de ensino superior buscaram promover a formação de técnicos, cientistas e profissionais qualificados em todo o nosso País, em todo o nosso território, o que era necessário ao atendimento das diferenciadas demandas do desenvolvimento regional. A criação da EMBRAPA e a expansão da rede de institutos tecnológicos e inovação do Senai foram parcerias vitoriosas entre o governo federal e a CNI. Foram iniciativas em favor da ampliação da oferta de novos equipamentos e laboratórios, como também do compartilhamento dos já existentes entre universidades e institutos públicos e o setor produtivo.

Com o Inova Empresa, incentivamos, por meio de financiamento e de recursos não reembolsáveis, projetos inovadores em empresas, desenvolvidos em parcerias com universidades e institutos de pesquisa. Destaco ainda a adoção da política de compras do Estado em favor do desenvolvimento produtivo e da inovação no Brasil, cujo exemplo é o avanço das indústrias aeroespacial, de defesa nacional e de fármacos.

Tudo isso constituiu um ambiente mais favorável à inovação, mas também demonstrou a necessidade de novos e mais profundos avanços no marco regulatório da área. E hoje chegamos a esse novo marco de ciência, tecnologia e inovação. Celeridade, regras simples, e ações tempestivas são imprescindíveis para que o ciclo de transformação da ciência em tecnologia e inovação e em competitividade e desenvolvimento seja bem sucedido. Afinal, de nada adianta uma tecnologia revolucionária se permanecer na estante de um laboratório ou de um centro de pesquisa, ou que só seja certificada após anos e anos de tramitação burocrática perdendo inclusive o seu caráter de vanguarda. Vamos dar agora as condições institucionais propícias para a nossa produção científica em produtos e processos inovadores para o setor produtivo brasileiro.

Mais agilidade, mais flexibilidade, menos burocracia, menos barreiras à ação integrada entre agentes públicos e privados são conceitos que permeiam todas as previsões contidas na legislação que sanciono hoje.

Isso está expresso na simplificação da gestão orçamentária dos recursos pelas instituições de pesquisa e do processo de importação de equipamentos. Traduz-se ainda na ampliação das possibilidades de concessão de vistos para pesquisadores estrangeiros, e de mais mobilidade entre instituições públicas e empresas, permitindo intercâmbio de experiência, pesquisadores e professores e assim gerando novos conhecimentos. Justifica o maior apoio à implantação de parques tecnológicos e de núcleos de inovação e as novas regras para que a União e suas entidades possam se tornar sócios minoritários de empresas inovadoras. Explica a inclusão de Estados, de todos os estados, do Distrito Federal e de municípios como corresponsáveis pelo sistema de estímulo à inovação, consolidando, portanto esse sistema nacional de ciência tecnologia e inovação.

Há importantes avanços que decorrerão deste novo marco regulatório da ciência, tecnologia e inovação. Faço questão de destacar um ponto: a introdução do conceito de capital intelectual como um ativo a ser objeto de cooperação com empresas e órgãos públicos.

Isso vai possibilitar a justa remuneração das universidades públicas e dos centros de pesquisa, propiciando mais recursos para investimento e para novos avanços na qualidade da educação e da produção de conhecimento. Permitirá, portanto, transformar a inovação bem sucedida em patrimônio de toda a sociedade brasileira.

Temos, portanto, muitos motivos para celebrar o novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Abrimos sem dúvida uma nova etapa na cooperação entre universidades, institutos de pesquisa, Estado e empresas, cujos resultados serão mais oportunidades para nossa população e mais competitividade para o nosso País.

Senhoras e senhores,

O lançamento dessa nova edição da Chamada Universal do CNPq aqui anunciada é uma forma de celebrar o novo ambiente institucional que queremos ver surgir com a implantação e a implementação da legislação que sanciono hoje.

Estamos falando de uma das iniciativas mais importantes do CNPq, no sentido de fomentar ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Com essa Chamada, destinamos recursos ao desenvolvimento de projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento que contribuam para o desenvolvimento no nosso País.

Esperamos que esses recursos sejam muito bem aproveitados e que haja um aumento das atividades de pesquisa, com o engajamento de estudantes de graduação e pós-graduação no desenvolvimento de projetos e maior interação com o setor produtivo.

Sem dúvida, o projeto do País que defendemos, foi capaz de promover a maior transformação social nos últimos anos no nosso País. Pautado pelo compromisso com a igualdade de oportunidade para todos, criamos uma rede de proteção social inovadora e o mais bem sucedido programa habitacional que o País já conheceu. Democratizamos o acesso à educação, em especial, educação técnica e superior. Ampliamos o apoio ao empreendedorismo apoiamos as atividades produtivas.

A cada passo que demos, novas conquistas, novos desafios se colocam no nosso caminho. Se colhermos boas conquistas, sabemos que é necessário ainda fazer muito mais. Por isso, temos a convicção de que este projeto precisa ser renovado, para conduzir o Brasil a um novo ciclo de desenvolvimento.

Essa é a razão de celebrarmos o novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, base de um ambiente regulatório e institucional mais adequado à geração de conhecimento. Trata-se de mais uma reforma que vai acelerar o desenvolvimento do nosso Brasil.

Temos, portanto, com esse novo marco regulatório, um longo e estimulante caminho pela frente. Vamos realizá-lo. Vamos torná-lo realidade. Sigamos em frente

Muito obrigada.

▣
Ouça a íntegra do discurso (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-marco-legal-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-e-lancamento-da-chamada-universal-brasilia-df-14min16s>) (14min16s) da presidenta Dilma.

19-01-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de contratos de patrocínio de futebol - Brasília/DF

Palácio do Planalto - DF, 19 de janeiro de 2016

Queria primeiro cumprimentar a todos os presentes aqui,

Cumprimentar o ministro Jaques Wagner, da Casa Civil, o George Hilton, dos Esportes, Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação Social,

Cumprimentar aqui o deputado Zé Rocha,

Cumprimentar a presidente da Caixa, Miriam Belchior,

Cumprimentar o secretário nacional de Futebol e Defesa dos Direitos dos Torcedores, o Rogério Hamam,

Cumprimentar os senhores dirigentes de clubes de futebol, Daniel Nepomuceno, do Atlético Mineiro, Eduardo Carvalho Bandeira de Mello, do Flamengo, Fernando Cabral, do Coritiba, Gilvan de Pinho Tavares, do Cruzeiro, João Humberto Martorelli, do Sport Recife, Luiz Sallim Emed, do Atlético Paranaense, Raimundo Dias Viana, do Vitória, Sandro Luiz Pallaoro, do Chapecoense, Wilfredo Brillinger, do Figueirense, meus caros Júlio César e Adílio, ex-jogadores do Flamengo,

Senhoras e senhores, jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Nos 155 anos de existência completados no último dia 12, a Caixa tem sido fundamental para o desenvolvimento do Brasil. A cada dia a Caixa aprimora sua atuação e seu compromisso em favor das brasileiras e dos brasileiros, apoiando a execução de políticas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e também o financiamento de obras decisivas para a melhoria da nossa infraestrutura. O apoio ao esporte nacional é uma das expressões do compromisso da Caixa com o povo brasileiro. A marca da Caixa está presente em várias modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas. Neste ano de olimpíada no Brasil, é muito importante essas políticas que levam à garantia da sustentabilidade dos treinamentos. Ajuda a construir histórias de sucesso e viabiliza a conquista de muitas medalhas pelos nossos atletas. Hoje, ao firmar esses contratos de patrocínio, a Caixa reafirma novamente sua parceria com o futebol brasileiro. Os dez clubes que assinam esses novos contratos carregam consigo a paixão de milhões torcedores, de milhões de torcedoras por todo o nosso País. Com recursos obtidos, tenho certeza que vão trabalhar para garantir a qualidade do nosso futebol. Como mineira, vejo com satisfação os dois maiores clubes de futebol de Minas Gerais entrarem nesse grupo. Dou as boas-vindas ao Cruzeiro e ao meu querido Atlético que passam a contar a partir desse ano com patrocínio da Caixa. O apoio da Caixa ao futebol, em 2016, irá além desses contratos. Está prevista ainda a renovação do contrato do Corinthians e as negociações com o Atlético de Goiás e o Vasco.

Está previsto também o patrocínio à Copa do Nordeste, à Copa Verde, às séries B e C do Campeonato Brasileiro, ao Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino e ao Torneio Internacional de Futebol Feminino. Essas competições são importantes para o fortalecimento do futebol em todas as regiões do Brasil e aqui, com destaque especial, ao futebol feminino também. O patrocínio da Caixa aos clubes é uma parceria comercial que tem se mostrado

positiva tanto para o futebol quanto para a Caixa. Está alinhado com o compromisso do governo de desenvolvimento do futebol brasileiro em bases sustentáveis dos pontos de vista financeiro, de gestão, da relação profissional com os atletas e da valorização do espetáculo.

Nós todos aqui demos um passo decisivo em favor dessa sustentabilidade, em 2015, com início de vigência do programa de modernização do futebol brasileiro, o Profut. O Profut foi construído com a participação de todos aqui presentes e de outras pessoas também, e foi construído a partir de intensos debates entre todos os envolvidos. Ele propiciou algo importante, que foi o refinanciamento das dívidas dos clubes, estabelecendo como contrapartida compromisso com regras de governança, de transparência e de responsabilidade fiscal. Foi instituído com o Profut uma verdadeira lei de responsabilidade do futebol para que nossos clubes possam se tornar empresas lucrativas que contratarão nossos atletas e empresas com capacidade de investimento que formam os nossos craques, em que as relações com os atletas sejam as mais profissionais possíveis. Prova do sucesso do Profut é que 111 clubes inscreveram-se no programa no prazo previsto na legislação. Nós assinaremos hoje o decreto - aliás, já assinamos né?- o decreto que criará a Autoridade Pública de Governança do Futebol. Essa Autoridade Pública de Governança do Futebol, ela contará com a participação paritária de atletas, de dirigentes, de treinadores, de árbitros e será a instância fiscalizadora do Profut, garantindo a efetiva modernização da gestão dos clubes de futebol. Assim, acompanharemos com interesse, rigor e transparência o cumprimento das contrapartidas assumidas pelos clubes. O Profut permitirá que os patrocinadores tenham mais confiança na boa aplicação dos recursos investidos e que continuem apostando no fortalecimento do futebol brasileiro. Marca o início da maior reforma já vivenciada pelo futebol e tenho certeza que nós iremos adiante. Na semana passada, eu determinei ao Ministério da Educação que instituisse uma comissão para conduzir os estudos necessários a criação de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de gestão dos esportes e do futebol. Nós queremos criar as condições para investir na capacitação de gestores, fundamental para que o nosso esporte, inclusive o futebol, possa se desenvolver de forma profissional. Ainda este ano encaminharei ao Congresso Nacional a proposta de revisão da lei Pelé e do Estatuto do Torcedor. Queremos também propor uma legislação trabalhista própria para o futebol que deixe mais claro as responsabilidades dos clubes e proteja os atletas nas especificidades da sua profissão. Todas essas mudanças, elas vão dar velocidade ao processo de modernização da indústria do futebol, fazendo com que essa cadeia produtiva gere ainda mais emprego, mais renda e, sobretudo, mais vitórias para o País. Acima de tudo, nós queremos valorizar a nossa história e a nossa identidade, pois somos sem dúvidas a Pátria de Chuteiras, como disse Nelson Rodrigues. É exatamente isso que a Caixa está fazendo hoje, marcando um gol de placa para ajudar a fazer com que o Brasil volte a exportar o espetáculo e a arte de seu futebol e não apenas nossos craques.

Muito obrigada.

▣
Ouça a íntegra de [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-contratos-de-patrocinio-de-futebol-palacio-do-planalto-08min24s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-contratos-de-patrocinio-de-futebol-palacio-do-planalto-08min24s>) (08min24s) da presidenta Dilma.

21-01-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura ao tráfego da pista leste da Avenida Celso Furtado – Via Mangue - Recife/PE

Avenida Celso Furtado - PE, 21 de janeiro de 2016

Boa tarde a todos vocês.

Eu queria de começar cumprimentando aqui os trabalhadores e as trabalhadoras com quem eu tive já oportunidade de, pelo menos, uma parcela pequena deles tirar uma foto. Mas queria cumprimentá-los pela obra que eles construíram junto com os empresários aqui, que participaram de toda esse grande desafio, que é fazer uma obra dessa envergadura no centro de Recife.

Querida cumprimentar o governador Paulo Câmara,

Querida cumprimentar, de maneira especial, o prefeito de Recife, Geraldo Júlio,

Querida dirigir também um cumprimento aos ministros que me acompanham aqui hoje: o ministro Armando Monteiro, aqui de Pernambuco, ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, ao ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

Querida cumprimentar os deputados federais aqui presentes: o deputado Adalberto Cavalcanti, o Anderson Ferreira, o Carlos Eduardo Cadoca, o deputado Gonzaga Patriota, o deputado João Fernando Coutinho, o deputado Kaio Maniçoba, a deputada Luciana Santos, o deputado Tadeu Alencar,

Querida cumprimentar os deputados estaduais Augusto César, Eduino Brito, a deputada Teresa Leitão, o deputado Vinicius Labanca, o deputado José Humberto.

Querida dirigir um cumprimento especial também ao superintendente da Sudene, João Paulo Lima e Silva,

Cumprimentar o secretário-executivo das Cidades, o Elton Zacarias; o secretário nacional de Transportes e Mobilidade Urbana, o Dário Lopes; o presidente da Câmara Municipal de Recife, Vicente André Gomes. Ao cumprimentar o Vicente André Gomes, eu saúdo todos os vereadores aqui presentes.

Cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Para mim é, de fato, uma honra estar aqui para inaugurar uma obra tão importante como a Pista Leste da Via Mangue. Com ela, nós estamos avançando. Avançando na questão que é uma questão fundamental das cidades de nosso país e não podia deixar de ser uma das maiores cidades, que é o Recife.

E essa questão é a questão da mobilidade urbana, como as pessoas se deslocam pelas cidades, se deslocam para seus trabalhos, se deslocam para estudar, se deslocam para todas as atividades. E um dos maiores problemas enfrentados em todas as capitais do mundo é a quantidade de tempo que as pessoas ficam dentro do transporte. Essa quantidade de tempo ela é uma das características principais da perda de qualidade de vida de uma parte da nossa população ou da população de todas as cidades do mundo. Nós queremos o quê? Nós queremos que essa quantidade de tempo seja a menor possível. A

menor possível para pessoa poder desfrutar de seu tempo para as atividades que lhe interessam. Entre as principais, é o convívio com a família, as relações afetivas com a família. Daí, a importância de uma estrutura de mobilidade urbana nas cidades.

Com a Via Mangue, eu tenho certeza que um grande passo foi dado aqui. E foi dado por uma parceria, uma parceria que foi feita pelo governo federal e pela Prefeitura do Recife. Essa parceria teve algumas pessoas que foram muito importantes. Eu não poderia aqui deixar de mencionar um pernambucano que foi e que é, foi presidente do país e que é pernambucano de coração, alma, que é o presidente Lula. Eu também não poderia deixar de mencionar os prefeitos que passaram por essa parceria. Queria mencionar o prefeito João Paulo. Queria também mencionar o outro prefeito, João da Costa. E, agora, queria mencionar o prefeito que é o responsável pela conclusão e a entrega da obra, que é o prefeito Geraldo Júlio.

Essa obra que passou, essa obra que tem essa característica de ter passado, pelo menos, por dois presidentes, três prefeitos, passou também por dois governadores: governador Eduardo Campos e o governador Paulo Câmara. Porque nunca se faz... A união nunca faz uma obra com a prefeitura sem alguma relação com os governos estaduais.

Daí, porque é um exemplo para o nosso país, principalmente nos dias de hoje que nós enfrentamos desafios que é uma grande crise econômica, perceber que as pessoas conseguem realizar, as nações conseguem realizar, os governos conseguem realizar quando são capazes de cooperar e ter parcerias. E o que nós fizemos aqui foi uma parceria que envolveu e deu continuidade à ação de três prefeitos, dois presidentes e dois governadores. Isso é algo fundamental para que uma obra dessa proporção vire realidade.

Eu quero cumprimentar o prefeito Geraldo Júlio pela dimensão da obra, mas também pelo fato - e ao cumprimentá-lo estou cumprimentando todos os que participaram - pelo fato dela integrar três mobilidades: a mobilidade do transporte coletivo, que é fundamental, a mobilidade do tráfego de veículos e a mobilidade que é a mobilidade das bicicletas. Em todos os países do mundo quando você integra essas três mobilidades, você resolve uma parte expressiva do problema que é como nós nos deslocamos em grandes concentrações humanas. Sempre buscando uma forma mais humana de transporte.

Daí, a importância nas duas... Naquelas duas outras avenidas, Domingos Ferreira e Conselheiro Aguiar, das faixas exclusivas para transporte coletivo. E o fato que, de fato, a Vila Mangue, ela é um fluxo... a Via Mangue é um fato coletivo, eu falei o que gente? É que eu estou pensando já no residencial Vila[Via] Mangue, onde nós colocamos 992 pessoas [famílias], mas eu chego lá, eu chego lá. Mas voltando: a vila, a Via Mangue, a Via Mangue ela tem essa característica, ela tem essa característica de possibilitar esses três tipos de transportes.

E nós temos muito orgulho, sim, porque temos um programa, que é o programa Minha Casa Minha Vida. Esse programa Minha Casa, Minha Vida, ele envolve, ele envolve assegurar a qualquer cidadão, a qualquer cidadã brasileira que se enquadrar em uma determinada faixa de renda através de sorteios ter acesso à sua casa própria. Mas tem uma condição que permite também que as pessoas tenham acesso à casa própria: é quando a desapropriação dos terrenos para fazer a obra pública. Quando nós precisamos retirar as pessoas para poder passar a Via Mangue. Aí, é necessário que as pessoas que saiam, para assegurar esse benefício para todos os cidadãos, tenham direito a ter a sua casa própria. Por isso, é que eu estava pensando no residencial Vila[Via] Mangue.

O residencial Vila[Via] Mangue que colocou - e eu estive aqui no momento em que isso foi realizado que é garantir para as pessoas o sonho da casa própria - eu estive aqui, foram 992 famílias que tiveram acesso então ao sonho da casa própria por conta da Via Mangue, a Vila[Via] Mangue também ocorreu.

Quero dizer, quero dizer que é muito difícil uma prefeitura, um governo ou o governo federal, o governo estadual ou o governo federal não agirem em conjunto, hoje na realidade do nosso país, para que se possa realizar alguma obra. É muito difícil, por quê? Porque o governo federal geralmente entra com financiamento ou recurso próprio dele, a prefeitura entra com o dela, o governo estadual entra com o dele.

Nós, aqui, contribuimos com financiamento e demos um financiamento para essa obra, que eu considero muito importante. E é importante que as pessoas percebam porque uma parte desses recursos foram feitos com subsídio da União. Subsídio da União é aquela parte que a União paga para reduzir a taxa de juros que cobra da prefeitura do estado. Então, quando isso ocorre... Isso vai direto para o orçamento do estado brasileiro.

Muitas vezes, alguns consideram, que isso faz parte ou integra um processo de subsídio que é incorreto, nós não. Nós achamos que para obras públicas desta envergadura, é justo e legítimo. Não só assegurar financiamento de longo prazo, aqui foi 20 anos, mas também que a União participe subsidiando juros.

Eu queria também destacar algumas coisas. Nós estamos nesse ano que passou, o ano de 2015, e agora nesse início de 2016, enfrentando grandes desafios e enfrentando também uma situação bastante instável no mundo. O mundo hoje passa também por um momento bastante crítico. O nosso objetivo neste momento é reequilibrar o orçamento do país, reduzir a inflação e reconstruir a capacidade de investimento público e privado no nosso País. E isso nós vamos fazer e estamos fazendo. Essa obra faz parte desse esforço, essa obra faz parte do esforço que nós fizemos, que mesmo tendo de fazer ajustes, nós continuamos investindo. Aliás, todas as reformas que nós fizemos são reformas para preservar investimentos ou então programas sociais.

Então, vocês vejam, nós fizemos um conjunto de esforços muito importantes. Nós conseguimos mesmo em um ano de crise, mesmo com dificuldade, garantir que 906 mil brasileiros tivessem acesso ao ensino universitário em 2015 através das universidades públicas, do Prouni e do Fies. Nós conseguimos, no caso do Minha Casa, Minha Vida - esse dos 992 famílias, que tiveram acesso a suas moradias aqui na Via Mangue - nós conseguimos entregar 445 mil moradias e garantir mais 265 mil novas contratações.

Muitas dessas coisas nós ainda vamos realizar ao longo do ano de 2016. Uma delas, que é muito importante, é a integração do São Francisco. E eu falo da integração do São Francisco porque ela é fundamental aqui para Pernambuco. Com a integração do São Francisco, nós vamos perenizar 1000 quilômetros de Rio. Nós vamos assegurar que o convívio com a seca seja uma realidade. Então, essa obra integração do São Francisco, ela sempre será mantida porque o nosso objetivo é que no final desse ano a gente possa estar em condições de inaugurar tanto o trecho leste como o trecho norte, da integração do São Francisco. Beneficiando Pernambuco, beneficiando Ceará, beneficiando a Paraíba, enfim, beneficiando todos aqueles estados que se tornarão mais... Mais resistentes diante da seca, como é o caso dos que eu mencionei.

Eu também estou confiante, que neste ano... Nós agora vamos lançar a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida. E tenho certeza que com isso a gente vai ajudar milhões de pessoas a ter acesso a casa própria. Vamos fazer concessões e vamos continuar apoiando... Nós vamos continuar apoiando todas as iniciativas de segurança hídrica, de garantia em relação a seca que nós temos desde quando começou esse ciclo de seca em 2011/2012, atingindo o Nordeste, parte do Sudeste brasileiro, nós tivemos uma ação efetiva. Com isso, nos queremos o quê? Nós queremos a melhoria das condições de vida para a população do nosso País.

E aí, uma questão é muito importante que a gente aproveite e mencione, que é o combate ao vírus [do mosquito] Zika. Aqui em Pernambuco, eu queria destacar a ação do governador, a ação do prefeito... Porque foi uma ação protagonista. Eles iniciaram esse combate, e o combate nós sabemos ele tem de ser um combate em três fases, nós temos de assegurar que as pessoas se conscientizem que não podem deixar água parada, porque é ali que ele se prolifera. É na água parada que o mosquito se prolifera. Nós temos que fazer todo um esforço, e o Ministério da Saúde está fazendo um esforço com todos os grandes laboratórios brasileiros e internacionais, para a gente ter uma vacina, não só contra o vírus da[mosquito] Aedes Aegypti da dengue, mas também contra o vírus Zika. E nós temos que dar todo apoio e atendimento às crianças vítimas de microcefalia e as suas famílias. São essas três ações.

E eu queria cumprimentar aqui a população - mas, sobretudo, também o governador e o prefeito - porque esse combate ao vírus [da] Zika a gente só vai conseguir ter o combate e ser vitorioso se a população se engajar. Por mais esforço que nós façamos, sempre é possível ter uma água parada que nós não vimos. E daí, quem tem mil olhos? A população tem mil olhos. E é ela que pode também nos ajudar para que a gente tire enquanto não temos a vacina. Enquanto não podemos fazer um combate mais genérico à ele, que a gente tire as condições de reprodução do mosquito, que a gente acabe com ele.

Por isso, eu tomo tempo dos senhores para falar sobre essa questão aqui, dado a importância e o papel de liderança que Pernambuco assumiu ao se conscientizar primeiro do problema e ao assumir primeiro esse combate.

Queria também dizer... queria dar uma informação aqui para, principalmente, os produtores de açúcar de Pernambuco e também de Alagoas. Nós vamos publicar amanhã o decreto que regulamenta a lei que permite que os produtores de açúcar que tenham cotas de exportação para mercados como os Estados Unidos, por exemplo, usem os recursos do Fundo Garantidor de Exportação para com esses recursos, dando garantia desses recursos, obter financiamento privado.

É uma ação do Plano Nacional de Exportação, aqui liderado pelo nosso ministro Armando Monteiro, que vai garantir que esse fundo dê junto aos bancos uma garantia para que o produtor tenha condições de dar as suas cotas para poder tirar recursos para aumentar sua produção, para replantar a sua cana e com isso assegurar renda e emprego para muitos brasileiros e brasileiras. É uma ação que evidencia que o governo confia nos produtores de açúcar aqui de Pernambuco e nos produtores de açúcar lá de Alagoas.

Eu podia continuar citando várias ações para os senhores, mas eu vou encerrar dizendo o seguinte: nós todos temos de trabalhar muito para que no Brasil nós retomemos o crescimento. É obvio que nós somos uma democracia e em uma democracia as pessoas podem divergir, discutir, se manifestar, falar que não concorda. Tudo isso não só é normal, mas é virtuoso. Nós que vivemos na ditadura sabemos o quanto isso é virtuoso. Agora nada disso nos impede de termos acordo, unidade, ação conjunta, sobre algumas questões que são importantes, para os pernambucanos, para os nordestinos, para os brasileiros. A democracia tem essa flexibilidade, ela permite que ao mesmo tempo que você critica, ao mesmo tempo que você reivindica, ao mesmo tempo que você propõe, você esteja também em algumas questões capaz de agir em conjunto.

Eu acho que é fundamental para o Brasil, que nós sejamos capazes de agir na mesma direção e no mesmo sentido. E aí, aqui nós temos um exemplo disso. Nós fomos capazes aqui de agir em conjunto num ponto, que ponto? A Via Mangue e também a Vila[Residencial Via] Mangue, que beneficiava tanto a população inteira do Nordeste porque melhorou as condições de vida do povo do Recife, melhora as condições de vida do povo do Nordeste. Aliás, Pernambuco é de fato, um dos estados que tem maior tradição de luta democrática e de realização no nosso país.

Então, eu fico muito orgulhosa de estar aqui hoje. Porque aqui também não só tem um exemplo do que nós realizamos o concreto armado, até o empresário me disse que aqui teve um pernambucano que foi uma espécie de professor Pardal, chamado Salustiano, que inventou um jeito da máquina fazer curva, a máquina só ia reto, aqui ela faz curva porque teve um pernambucano que pensou e descobriu como a máquina fazia isso, o nome dele é Salustiano para ninguém esquecer, porque a mim orgulha muito que tem um Salustiano aqui.

Mas eu quero dizer uma outra coisa para vocês, uma outra coisa, é que aqui também, nós além de mostrar que tem concreto armado, que tem uma melhoria aqui, que nós homenageamos José de Alencar, ex-vice-presidente da República, nós homenageamos Celso Furtado, enfim, nós homenageamos a todos pernambucanos e pessoas ilustres do Brasil. Nós somos capazes de agir em conjunto e perseguir o objetivo. Nós, hoje, precisamos muito dessa capacidade de ação comum de entendimento em algumas coisas, sem prejuízo da nossa liberdade de manifestar e de ter opinião diferente.

Um abraço para todos vocês.



Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-ao-trafego-da-pista-leste-da-avenida-celso-furtado-via-mangue-recife-pe-min-s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-ao-trafego-da-pista-leste-da-avenida-celso-furtado-via-mangue-recife-pe-min-s>) (26min17s) da presidenta Dilma.

26-01-2016 - Fala da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da reunião ampliada com o Presidente do Equador, Rafael Correa - Quito/Equador

Quito-Equador, 26 de janeiro de 2016

...a inauguração da sede da Unasul, onde eu tive o prazer de comparecer e, mais, de presenciar um grande ato de unidade e integração aqui na América Latina.

Acredito que o fato de estar aqui, na América Latina, estar instalada a sede da Unasul representa justamente algo muito importante, que é a unidade que, ao longo dessa década, nós conseguimos construir aqui, na América Latina, respeitando as diferenças políticas, as diferenças de orientação. Mas, conseguimos construir uma unidade em torno de alguns valores, como os valores democráticos, os valores da paz, o respeito aos direitos humanos, sobretudo de uma percepção - e acredito que o presidente Rafael Correa tem um grande papel nisso - de que a integração econômica é crucial para os nossos países, para as nossas economias.

A integração regional nessa parte do mundo, para nós, é estratégica. Principalmente nesse momento que, como o presidente Rafael Correa falou, nós enfrentamos uma situação bastante adversa no cenário internacional, com queda do preço do petróleo, das demais *commodities*. Assistindo uma desaceleração da segunda maior economia, que transita de uma economia baseada num investimento industrial e de infraestrutura para uma economia baseada em serviços e consumo.

Isso provocou uma forte valorização do dólar, que afeta as nossas economias. Nós tivemos uma desvalorização muito significativa. Na metade do meu primeiro governo, o dólar estava um dólar para 1,5 real. Hoje está 1 dólar para 4 reais. Isso é a forma pela qual nós iremos enfrentar, nos acomodar diante dessa conjuntura.

Mas é claro que isso só pode ser feito se todos os países tiverem condição também de se adaptar. Não haverá uma América Latina forte...E nós temos muita consciência de que o Brasil não retoma a sua capacidade de crescer, que o Brasil não consegue restabelecer as suas condições sustentáveis de crescimento, nesse novo contexto internacional, sem o crescimento dos demais países da América Latina. Sem que os demais países da América Latina tenham também condições de se recuperar.

E aí é que a prova sobre a nossa capacidade de nos entender e de entender a situação de cada um. De ter uma ação no sentido de beneficiar aquele país que tem... que precisa de ser de uma forma, outro precisa de ser de outra. É o que representa uma ação de uma iniciativa que eu chamaria de construir essa cooperação que é fundamental, principalmente nesse momento de crise, ela já é fundamental nos momentos em que todos nós crescíamos, agora ela é fundamental justamente porque nós sairemos dessa situação em conjunto. E é muito importante que haja esse encontro entre a parte brasileira e a parte equatoriana, focando em todas as ações que nós temos tido.

Eu fico muito feliz também de estar aqui na América Latina, pelo (...) na América Latina... interessante eu ter falado isso, não é? Porque o Equador, de fato, tem a metade, a metade do mundo. E por isso tem uma singularidade na América Latina, quando nós escolhemos aqui para ser a sede da Secretaria-Geral da Unasul. Mas esse fato de eu estar

aqui, eu acho que nesse momento de amanhã, quando nós nos reunirmos na reunião da Celac, também é um reconhecimento da importância que o Brasil atribui nesse ano a agenda 2020, que o presidente Rafael Correa apresentou para nós.

É um ato importante para o Brasil, essa reunião da Celac nessa conjuntura. Acho que nós temos, de fato, que reconhecer, primeiro a iniciativa no sentido de: nós temos de nos unir, nós temos de ter uma cooperação, nós temos de ter uma integração. Junto com isso, nós temos também um grande reconhecimento pelo fato de que esse conjunto de países, o Mercosul, a Unasul e a Celac, conquistaram também uma inequívoca opção pela democracia. Nós somos países que respeitamos a democracia, respeitamos os direitos humanos e que sabemos que isso é um valor fundamental.

Nós viemos, então, para dizer que as nossas relações bilaterais são estratégicas. As relações bilaterais entre o Brasil e Equador são para nós relações estratégicas. E também para, dentro da Celac, construir essa cooperação que é fundamental, principalmente nesse momento de crise. E já era fundamental nos momentos em que todos nós crescíamos, agora ela é fundamental justamente porque nós sairemos dessa situação em conjunto. E é muito importante que haja esse encontro entre a parte brasileira e a parte equatoriana, focando em todas as ações que nós temos tido.

Eu queria, finalmente, agradecer ao presidente Rafael Correa por uma ação que, para nós, é fundamental e eu acho exemplo bonito. Nós vivemos em um mundo em que a questão dos refugiados, daqueles que procuram uma outra pátria, tem sido objeto da perplexidade geral quando se vê um menino morrendo nas praias da Turquia. Diante disso, a ação levada a efeito aqui, no combate aos coiotes, para nós é uma demonstração da capacidade de agir de forma humanitária e, ao mesmo tempo, assegurar o acesso dos diferentes povos da América Latina, inclusive, da África aos nossos países.

Então, eu agradeço muito ao presidente Rafael Correa que fez aqui, no caso específico, foi de uma ação de desmontagem dos coiotes, que poderia levar a cenas tão graves como essa presenciada, com o menino morrendo nas praias da Turquia. Então, agradeço profundamente por essa ação.

27-01-2016 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião ampliada com o Presidente do Equador, Rafael Correa - Quito/Equador

Quito-Ecuador, 27 de janeiro de 2016

Excelentíssimo senhor Rafael Correa, presidente da República do Equador,

Senhoras e senhores ministros de Estado, integrantes das delegações do Equador e do Brasil,

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

Senhoras e senhores,

Eu tenho imensa, enorme satisfação em retornar a Quito. Eu estive aqui em Quito em dezembro de 2014, para participar da Cúpula Extraordinária da Unasul, quando da inauguração da moderna sede da Secretaria-Geral dessa organização.

Hoje, em meu encontro, um encontro de trabalho e de amizade com o presidente Rafael Correa, nós, juntos, tivemos oportunidade de examinar os principais pontos de nossas agendas bilateral e regional.

Analizamos o complexo quadro econômico internacional e a sua incidência preocupante sobre nossos países e sobre toda a região, em especial o impacto da queda do preço das *commodities* do petróleo, dos minérios, dos grãos e a desaceleração da economia chinesa que hoje transita de um padrão baseado em investimento e infraestrutura para outro, baseado no consumo e em serviços.

Além das medidas internas que nossos governos já estão adotando, nós concordamos sobre a necessidade de intensificar a cooperação econômica e comercial entre os países da América Latina e do Caribe, para que possamos superar mais rapidamente os desafios impostos pela crise. Na verdade concordamos em estreitar ainda mais as nossas relações para que, também, as nossas relações bilaterais possam contribuir como uma ponte para essa travessia que todos nós estamos enfrentando.

Assim, ao examinarmos temas de nosso relacionamento, abordamos as questões relativas ao nosso comércio bilateral e, também, aos investimentos de empresas brasileiras no Equador, especialmente em infraestrutura. Para ambas as questões, nós marcamos uma reunião para a primeira semana de março, que tem por objetivo resolver as pendências fitossanitárias entre nós, em dois produtos - banana e camarão - e também resolver questões relativas a pescado. Também consideramos muito importante os investimentos que as empresas brasileiras e empresas equatorianas queiram fazer nos nossos respectivos países.

Hoje, em vários projetos, o Brasil tem sido parceiro do Equador. A hidroelétrica de Manduriacu e o projeto de irrigação Daule Vinces dão testemunho de nosso comprometimento com a promoção de uma cooperação intensa com o Equador.

Demos destaque, também, a um projeto igualmente estratégico, um projeto de médio e longo prazo, que deve ser o de impulsionar o Eixo Multimodal Manta-Manaus. Esse projeto, de Manta-Manaus, ele é um projeto estratégico nessa região. Trata-se da integração de toda a região amazônica da América do Sul e aproximando as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, tanto aproximando o Equador do Atlântico quanto o Brasil do Pacífico.

Enfatizo que estamos empenhados em adotar medidas para incrementar nossa corrente de comércio e promover novos investimentos, daí a reunião das primeiras semanas de março. Neste sentido, também, manifestamos, nossa disposição de negociar, um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, capaz de oferecer um marco sólido para estimular iniciativas de empresas equatorianas e brasileiras. Estou segura que assim estaremos fortalecendo nosso relacionamento econômico.

De outra parte, queria destacar um ponto. Nos últimos tempos, a humanidade vem assistindo, estarrecida, a dramática saga dos refugiados do Norte da África e do Oriente Médio que, pelas estradas e os mares, tem sofrido uma série de verdadeiros desastres humanitários. Não queremos essa sina para os migrantes latino-americanos e caribenhos que chegam aos nossos países. Por essa razão, agradeço ao presidente Correa o importante apoio do Equador no combate à rede ilegal de "coiotes" que vêm atuando na região.

No encontro de hoje também comprovamos a coincidência entre os dois governos na prioridade que atribuímos aos programas na área social.

Nós compartilhamos o entendimento de que, mesmo diante de um cenário econômico de desafios e limites, nossa obrigação e compromisso primordiais são o bem-estar de nossas populações e o combate ativo à pobreza e à desigualdade. O Brasil está sempre pronto a continuar cooperando com o governo equatoriano na definição e execução de políticas nessa área. Sobretudo porque temos um compromisso que é superar, em nossos países, a pobreza.

Além desta minha reunião, muito produtiva, com o Presidente Correa, participarei amanhã da IV Cúpula da Celac.

O Brasil e Equador têm em comum o compromisso com a integração regional. Neste último ano, o Equador exerceu com grande dedicação e competência a Presidência da Celac. É, também, sede da Secretaria-Geral da Unasul, cujo Tratado Constitutivo nós assinamos em Brasília em 2008.

Quero destacar o apreço do governo brasileiro pelo empenho do governo equatoriano em favorecer iniciativas que fortaleçam nossa integração continental.

Tenho certeza de que a cúpula de amanhã, como esse encontro de hoje, que tem o protagonismo e a presidência equatoriana, será muito exitosa e marcada pelo espírito da integração, do diálogo em benefício do desenvolvimento e da cidadania em toda a América Latina e Caribe.

Agradeço, mais uma vez, a recepção calorosa do presidente Rafael Correa e do povo do Equador.

Muito obrigada.

Ouça a íntegra da [declaração \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-apos-reuniao-ampliada-com-o-presidente-do-equador-rafael-correa-quito-equador-08min02s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-apos-reuniao-ampliada-com-o-presidente-do-equador-rafael-correa-quito-equador-08min02s), (08min02s) da Presidenta Dilma.

27-01-2016 - Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante jantar oferecido pelo presidente do Equador, Rafael Correa - Quito/Equador

Quito-Equador, 27 de janeiro de 2016

Queria cumprimentar o senhor presidente Rafael Correa e agradecer a recepção calorosa que eu e a minha comitiva recebemos hoje. Agradecer também a calorosa recepção que eu recebi do povo aqui, do Equador.

Queria também saudar o vice-presidente da República do Equador, senhor Jorge Glas,

A presidente da Assembleia Nacional, Gabriela Rivadaneira,

Saudar o presidente da Corte Nacional de Justiça, Carlos Ramirez,

Queria saudar o ministro das Relações Exteriores do Equador, o meu querido Patiño,

Senhor prefeito da capital,

A senhora presidente do Conselho de Cidadãos,

Saudar os ministros que me acompanham: ministro Mauro Vieira, embaixador Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores; e o senador Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Quero dizer a todos aqui que estou muito honrada de ter sido recebido aqui, em visita oficial, e dizer que nós, mais uma vez, vamos dar passos decisivos para aprofundar o nosso relacionamento, a nossa cooperação.

Tenho certeza que o Brasil e o Equador são muito importantes para a região e que pretendemos, reciprocamente, desenvolver parcerias que permitam o nosso crescimento e o bem-estar da nossa população.

Por fim, queria dizer ao amigo presidente: estando aqui, em Quito, me vem à memória as palavras de Manuela Sáenz que, com Bolívar, compartilhou o sonho de independência de nosso continente:

“Lo que sé es que mi país es todo el continente de América y he nacido bajo la línea del Ecuador”.

Com esse espírito de integração, convido a todos os presentes a erguer um brinde ao povo do Equador, ao governo equatoriano e ao futuro de todos nós aqui, na América Latina.

Finalmente, eu queria convidar o meu querido presidente Rafael Correa, que me deu a honra de visitar o Brasil na Copa do Mundo, para estar presente nas Olimpíadas. E aproveito para entregar os mascotes da Olimpíada no Brasil. Um chama Tom Jobim e o outro chama Vinícius de Moraes, dois cantores brasileiros da “Garota de Ipanema”.

Ouçá a íntegra (05min27s) do [brinde \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-do-equador-rafael-correa-quito-equador-05min27s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-do-equador-rafael-correa-quito-equador-05min27s).

28-01-2016 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encerramento da 44ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES - Palácio do Planalto

Palácio do Planalto, 28 de janeiro de 2016

Bom, boa tarde a todos. Eu dirijo primeiro um cumprimento a todos os integrantes e as integrantes do Conselho de Desenvolvimento Social,

Cumprimento os ministros presentes ao cumprimentar o ministro-chefe da Casa Civil, o Jaques Wagner,

Queria dirigir um cumprimento aos conselheiros e às conselheiras que dirigiram a nós a sua mensagem. Eu queria cumprimentar o Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco; o Miguel Torres, da Força Sindical; Márcio Lopes de Freitas, da Organização das Cooperativas Brasileiras; o Wagner Freitas, da CUT; a Carina Vitral Costa, da UNE; Luiz Moan, da Anfavea; Albeuto Broch, da Contag; e a Luiza Trajano, do Magazine Luiza.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores convidados especiais para esta reunião do CDES,

Cumprimentar os senhores jornalistas, fotógrafos e os senhores cinegrafistas,

Primeiro, as minhas primeiras palavras, elas são de agradecimento. São de agradecimento e de boas-vindas a todas as conselheiras e a todos os conselheiros. Aos que já participavam do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, é uma honra tê-los conosco na continuidade desta jornada novamente presentes e participantes. Aos que estão participando pela primeira vez, eu desejo que se sintam à vontade para trazer a este fórum sua visão de mundo, suas contribuições, suas críticas, suas sugestões.

Um dos principais desafios democráticos dos tempos modernos é a busca da interação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, poderes do Estado democrático e os mecanismos de participação direta das forças vivas da sociedade.

Esse desafio é um desafio que caracteriza a democracia moderna. Essa convivência é saudável. Além de saudável, é oportuna. Sempre que os atores envolvidos saibam exatamente o alcance das suas respectivas atuações institucionais e de suas competências.

A existência de conselhos criados para o debate e o fornecimento de subsídios para o Poder Executivo, criado para dar ao Poder Executivo uma visão mais profunda de alguns problemas, em nada desfigura, restringe ou atinge a autonomia e a relevância da missão constitucional do Poder Legislativo no marco do princípio da separação dos Poderes. O Legislativo produz leis e fiscaliza as ações do Executivo. Já um Conselho, vinculado ao Poder Executivo, sugere, propõe, debate e critica medidas próprias do âmbito administrativo.

É o Legislativo que, em decorrência da legitimidade dos mandatos parlamentares, sempre dará a palavra final sobre o que deve ou não deve ser norma legal aplicável a todos os cidadãos e cidadãs. O aprimoramento democrático, captando, sem desrespeito ao princípio da separação de poderes, as sugestões e a opiniões da sociedade civil, qualifica e torna-se

de fato um necessário avanço das democracias modernas que, em geral, procuram essa forma de organização para ter um acesso maior à opinião da sociedade na sua extrema diversidade. É nesse sentido que nós caminhamos.

Este conselho sempre foi um espaço privilegiado de diálogo, de construção e de encaminhamento de propostas. Neste espaço representativo da diversidade da sociedade brasileira foi discutida, pela primeira vez, a proposta que se transformaria mais tarde no Mais Médicos. E foi onde também nasceu o Ciência sem Fronteiras, entre outras grandes sugestões desse conselho.

Aqui, apresentamos para debate as respostas que julgávamos necessárias às manifestações de 2013.

Neste reinício das atividades do conselho, minhas expectativas e minha disposição são as mais elevadas. Conto com cada um de vocês para debatermos os temas relevantes para a nação, em busca das convergências que nos levarão a propostas políticas e socialmente exequíveis. Muitos de vocês, ao se pronunciarem, falaram sobre a importância do diálogo, da convergência e da construção de um caminho de esperança.

Um fórum de construção de consensos em favor do Brasil independe das posições políticas ou partidárias dos que o compõem. Esta é a síntese do que espero de nosso trabalho conjunto no conselho.

A maior qualidade deste conselho é a diversidade. A diversidade e os pontos de vista diferentes, porém baseados no princípio comum, que é o bem do Brasil. Sua maior riqueza, sem dúvida, são as diferenças que, respeitadas e expostas com honestidade, construirão os consensos. Aqui, neste espaço, a política é a busca do melhor para o País. E o partido de todos nós é o Brasil.

Conselheiras e conselheiros,

Superada a fase mais premente do ajuste, temos a oportunidade de construir uma agenda que diminua as incertezas e estabeleça as bases para a volta do crescimento com distribuição de renda, diminuindo a pobreza e ampliando as oportunidades para todos os brasileiros e as brasileiras.

A conjuntura política, por sua vez, cobra de nós serenidade, disposição para o diálogo e busca de convergências mínimas, sem o que ninguém pode conseguir construir o consenso. Mas é importante também frisar e sublinhar que de ninguém será exigido que abdique ou abra mão de suas convicções, pois são elas que tornam fundamental e básica a diversidade de opiniões que é a riqueza desse conselho.

Um País só se constrói com o diálogo paciente e tolerante. Construção propiciada, repito, pela busca de diálogo e de consensos. Este é o momento certo e adequado para a retomada das atividades do conselho.

Preciso do conselho, preciso das ideias e das propostas do conselho. Preciso de tudo isso que pode nascer neste fórum para atingir aquela que é a maior prioridade do meu governo e sem dúvida o maior desejo de todo o nosso povo: voltar a crescer de forma sustentável para gerar emprego, gerar renda para nossa população.

Para tanto, alguns temas devem ser enfrentados de forma clara e transparente, direta. Um deles é o desafio do equilíbrio fiscal do Estado brasileiro.

Fizemos, em 2015, um ajuste fiscal de dimensão inédita em toda nossa história, como os ministros mostraram anteriormente. Cortamos despesas discricionárias, cortamos despesas obrigatórias, revimos desonerações e tarifas. Sabemos que há, ainda, muito o que a fazer .

Para garantir a estabilidade fiscal de médio e longo prazo, será necessário realizar reformas no gasto público que garantam a sustentabilidade das políticas ao longo do tempo, diminuam a rigidez do nosso orçamento e assegurem eficiência e foco aos programas de investimento e aos programas sociais do governo. Essas reformas exigirão muito diálogo, muita paciência e tempo, e algumas delas terão efeitos em governos que sucederão o meu.

Por isso, é fundamental construirmos uma ponte que faça a ligação entre a estabilidade fiscal de curto prazo, em 2016 e nos próximos dois ou três anos, e o equilíbrio fiscal no médio e no longo prazo.

Queremos dar perenidade ao equilíbrio fiscal porque, do contrário, todo o sacrifício que se fizer, e que já se fez, será novamente exigido de nós daqui a alguns poucos anos.

Para nós, esta ponte depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, da prorrogação da DRU, da Desvinculação de Receitas da União, e da recriação da CPMF e de alterações na tributação dos juros sobre capital próprio e sobre ganhos de capital.

Muitos aqui podem ter dúvidas e até mesmo se oporem a essas medidas, em especial à CPMF. Certamente terão bons argumentos. Mas eu peço, no entanto, e peço encarecidamente, que reflitam sobre a excepcionalidade do momento, que torna a CPMF a melhor solução disponível.

Melhor pela facilidade de recolhimento, e melhor pelo baixo custo de fiscalização.

Melhor por ter impacto menor sobre a inflação e não ser tão regressiva. E, melhor ainda, por permitir mais efetivo controle da sonegação.

Melhor por ser rigorosamente temporária.

Mesmo assim, estou inteiramente aberta para conhecer eventuais opções e analisá-las com boa vontade. Se houver alternativa tão eficiente quanto a CPMF para ampliar, no curto prazo, a receita fiscal, eu e meus ministros estamos absolutamente disponíveis ao diálogo.

Mas é fundamental estarmos todos cientes de que a estabilidade fiscal de curto prazo, para a qual é imprescindível este aumento da arrecadação, determinará, em grande medida, o sucesso das medidas de incentivo à atividade produtiva que adotarmos.

Trata-se de um dilema a ser resolvido. A arrecadação não cresce se a produção e o consumo não aumentam; e a produção e o consumo não aumentam se não houver recursos fornecidos pela arrecadação para estimular o crescimento econômico. Esta é a ponte que pedimos entre a necessária urgência do curto prazo e a necessária estabilidade fiscal do médio prazo.

Conselheiras e conselheiros,

Outro tema polêmico que nós sabemos que divide opiniões é a necessidade de ajustar a previdência para garantir a sustentabilidade futura do sistema.

Não somos mais o país de jovens que podia se permitir adiar indefinidamente a solução de seus desequilíbrios previdenciários.

Os brasileiros - e isso é muito bom - estão vivendo cada vez mais e o direito à aposentadoria tem sido exercido por mais tempo. A aposentadoria é a justa remuneração pelo trabalho de toda uma vida. Mas estamos em vias de perder o chamado "bônus demográfico", ou seja, a situação mais confortável em que a parcela da população que trabalha é maior do que aquela de crianças e idosos somados. A tarefa de um governo responsável, de um Congresso cômico de seus deveres e de uma sociedade preocupada com seus cidadãos é analisar esta realidade com prudência e serenidade, mas sem interditar o debate.

É normal ter incerteza quanto ao futuro. Nós todos temos incerteza quanto ao futuro. Mas não podemos ter medo de discuti-lo desde já, porque assim fazendo reduzimos as incertezas, os ônus e encaminhamos as soluções.

Em 2015, nós adotamos a regra conhecida como "85/95 móvel", uma forma engenhosa de iniciar essa transição. Precisamos ir além e construir uma proposta que seja mais ambiciosa para o longo prazo, a ser submetida ao Congresso. Além do Congresso, este conselho é um dos foros adequados para esta discussão e para essas proposições.

Há algumas premissas que eu e meu governo defenderemos neste debate. Qualquer mudança deve respeitar direitos adquiridos. Levar em consideração expectativas de direito é necessário e, portanto, é necessário também estabelecer um período de transição. Nosso

grande desafio será oferecer a quem já está no mercado de trabalho uma sinalização clara e consistente de que as mudanças lhes trarão mais benefícios do que a ausência de reformas. A sustentabilidade da previdência e o fato de ser intergeracional são umas dessas razões.

Talvez cause estranheza darmos centralidade a este tema, cujos os impactos ocorrerão depois que meu mandato tiver terminado, em 2018. É uma questão de responsabilidade e por isto eu insisto: a hora é agora. Não enfrentar este assunto enquanto ainda temos tempo para construir consensos em torno de novas regras e de um sistema justo de transição, seria uma omissão grave, seria desperdiçar uma oportunidade de realizar um processo maduro e democrático em torno de um tema fundamental para nosso futuro.

Precisamos, neste momento, pensar também mais em nossos filhos e netos que em nós mesmos. A previdência social precisa ser sustentável para um horizonte que vai muito além do meu governo. Aliás, gostaria de enfatizar: até 2018 nenhuma arrecadação ou recurso advirá para o governo. O grande benefício é a sinalização de que o futuro será estável, de que o futuro terá regras claras e sustentáveis.

Minhas amigas e meus amigos,

Já conversei pessoalmente com muitos de vocês, assim como meus ministros também conversaram. As medidas que estamos adotando para estimular a economia são resultado de diagnósticos que fizemos e de propostas e demandas trazidas por representantes de empresários e trabalhadores, alguns aqui presentes.

No âmbito do crédito, por exemplo, estamos retomando o pré-custeio à safra, ampliando recursos do FGTS para a habitação e disponibilizando mais linhas do FI-FGTS para a infraestrutura.

O BNDES irá ofertar mais crédito para custeio para as micro e pequenas empresas, refinanciar parcelas a vencer do Finame e do PSI e retomar o financiamento do pré-embarque em condições mais favoráveis, como mostrou o ministro Nelson. Encaminharemos ao Congresso proposta de utilização da multa e de até 10% do saldo do FGTS como garantia ao crédito consignado.

Vamos manter uma política de comércio exterior agressiva para termos mais Brasil no mundo, para abriremos mais oportunidades às nossas exportações.

No ano passado, esta política, combinada com o câmbio, já apresentou, como mostrou o ministro Armando Monteiro e o ministro Tombini, bons resultados. Garantimos superávit comercial de mais de 19 bilhões de dólares e nossas exportações aumentaram, em volume, 10%.

Adotaremos, como no ano anterior, uma política de promoção comercial integrada e focada em mercados prioritários, como também mostrou a ministra Kátia Abreu.

Também, como fizemos em 2015, buscaremos firmar novos acordos de livre comércio, novos acordos de convergência regulatória e acordos de facilitação de investimentos, em especial com países do Oriente Médio, grandes mercados da Ásia, além do nosso grande desafio, que é fecharmos o acordo Mercosul e União Europeia, para o quê, o ministro das Relações Exteriores, nosso querido Mauro, juntamente com o ministro Armando, estão empenhados de forma decisiva.

Os ministros já apresentaram essas propostas, que eu estou falando agora, e estamos, claro, totalmente abertos a discuti-las em mais detalhes e, principalmente, a aprimorá-las, para que os efeitos sejam os mais rápidos e amplos possíveis. Esse conselho é, sobretudo, uma ação conjunta, uma ação de participação na qual vocês terão oportunidades de, entre as reuniões plenárias, realizarem trabalho importantíssimo e, portanto, agora, nesta conjuntura, urgente. Por isso o ministro Jaques Wagner irá comunicar uma agenda proposta por nós, obviamente, sujeita a sugestões da periodicidade das reuniões e sobre os temas principais.

Espero que os membros deste conselho, como fizeram em inúmeras reuniões e audiências que tivemos, nos tragam mais sugestões para recolocar o Brasil na rota do crescimento.

Há uma diversidade de temas cujo encaminhamento, no presente, será decisivo para futuro do Brasil.

A agenda de leilões de concessões, por exemplo, será intensa em 2016, pois a aceleração dos investimentos em infraestrutura é uma de nossas mais importantes tarefas neste ano.

Como previsto no Plano Nacional de Educação, precisamos, ministro Mercadante, adotar uma base curricular nacional comum para propiciar mais qualidade e equidade à nossa educação.

Temos um novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ministro Pansera, para implementar, criando melhores condições para transformar conhecimento em inovação e em mais competitividade para a nossa economia.

Temos o desafio de discutir e debater uma reforma tributária equilibrada, que simplifique os tributos, que não faça deles um peso para atividade produtiva e para o cidadão. E que também seja capaz de redistribuir e equilibrar o peso entre os impostos indiretos e os impostos diretos.

O desafio de melhorar o ambiente de negócios no Brasil persiste, para o que será importante modernizar marcos regulatórios, como é o caso da mineração e das telecomunicações. Simplificar regras e procedimentos nas agências reguladoras, como é a reivindicação de muitos de vocês. E fazer reformas microeconômicas.

Temos, ainda, o desafio de identificar e implementar medidas para resgatar e fortalecer a cadeia de petróleo e gás diante de sua imensa importância para o PIB e para o futuro da economia brasileira. A nossa lei, que prevê que as empresas não sejam punidas, mas aqueles que cometeram crimes e delitos de corrupção sejam drástica e integralmente punidos, permite esta visão de que não se pode penalizar o emprego e algo que foi construído com muito esforço pela nossa população.

Sobretudo, senhoras e senhores conselheiros e conselheiras, não há tema interdito ao diálogo, não há tema interdito. E a construção de convergências será o que impulsionará e conduzirá o o nosso País a uma nova etapa de desenvolvimento.

Preciso das ideias, repito, e das sugestões dos membros deste conselho para decisões e escolhas de curto prazo, que permitam retomar com celeridade o crescimento. Preciso e quero as ideias e sugestões dos membros deste conselho para as políticas e medidas necessárias, no médio e no longo prazos, para se construir um Brasil mais justo, mais produtivo, mais competitivo.

Muitas vezes, os conselheiros, no passado, colocaram uma questão e só tratavam das questões de curto prazo e não discutiam propostas de longo prazo para o País. Agora, é uma hora que as duas questões estão de tal forma interligadas que uma não ocorrerá bem sem a outra.

Antes de encerrar, quero pedir a vocês que se engajem e mobilizem toda sua liderança, toda a liderança que vocês têm em várias áreas, toda a liderança que vocês têm na sociedade civil, para que nós todos nos unamos no combate e eliminação ao *aedes aegypti*, a eliminação do zika vírus, que provoca o nascimento de crianças com microcefalia.

Hoje, ainda não há vacina para nenhuma das doenças transmitidas pela picada do mosquito chamado mosquito da dengue, agora do mosquito da chikungunya e do zika. Nós e o mundo. Eu venho de uma reunião da Celac e a América Latina tem extrema consciência dessa questão, e nós vimos também o presidente Obama reunido para tentar construir um processo para a vacina. Nós vimos que esta consciência do que significa o vírus da zika é cada vez mais generalizada. Mas construir essa vacina levará tempo. No entanto, nós precisamos combater já, nós precisamos imediatamente combater a microcefalia, protegendo nossas mães, protegendo nossas crianças do mosquito transmissor do zika vírus. Precisamos eliminar o mosquito por todos os meios.

No passado, Oswaldo Cruz já o fez em relação ao mosquito da febre amarela. Devemos fazê-lo de novo, e devemos fazê-lo já. O governo federal está garantindo todos os recursos, equipamentos e pessoal necessários para prevenção e eliminação dos focos do mosquito. Estamos lançando um calendário de mobilização nacional, pois precisamos da participação da sociedade nesta batalha, que deve ser continuada e que será de médio prazo. Mobilizaremos nossas Forças Armadas, todos os nossos funcionários e o mesmo fará os governos estaduais e municipais.

Peço aos senhores e as senhores que mobilizem seus funcionários, seus companheiros de sindicato, os fiéis de sua igreja, os colegas de trabalho e de escolas, a família e os vizinhos. Afinal, um mosquito não pode ser e não é mais forte que um país inteiro consciente da sua ameaça.

Conselheiras e conselheiros,

Alguém já disse que uma crise é muito dolorosa por ser desperdiçada. É um momento em que surgem oportunidades para construir soluções criativas e duradouras para desafios difíceis. Este é o espírito que nos move cotidianamente e que, espero, oriente o trabalho deste conselho em suas tarefas de assessoramento a esta Presidência.

O Brasil está sedento por consensos, estabilidade e soluções para hoje e para o futuro. Conto com vocês para fazer a travessia ao porto seguro da retomada do desenvolvimento e da geração de oportunidades para todos.

De minha parte, vocês podem esperar honestidade de propósitos, desejo sincero de encontrar soluções e toda a disposição do mundo para ouvir e dialogar.

Gostaria e quero dizer que tenho a determinação de conduzir o Brasil à vitória sobre a crise e quero, mais do que nunca, que isso seja feito em parcerias. Conto com os senhores. Nós precisamos entregar, e eu, especificamente, o Brasil ao meu sucessor, em 2019, preparado para os desafios das próximas décadas.

Tenho certeza de que, para começar, este é o primeiro dos nossos consensos: vocês e eu queremos o melhor para o nosso País.

Sem dúvida é um bom começo.

Muito obrigada.

Ouça a íntegra (29min26s) do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encerramento-da-44a-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes-palacio-do-planalto-29min26s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encerramento-da-44a-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes-palacio-do-planalto-29min26s>) da Presidenta Dilma Rousseff